

## CNJ encerra ciclo de lançamentos com estudo inédito sobre varas de alternativas penais



alternativas Penais, além de trazer subsídios para o desenvolvimento de um módulo de alternativas penais no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), permitindo melhor gestão da informação nesse campo. A publicação foi produzida com o apoio técnico dos consultores do programa Fazendo Justiça, parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), para superação de desafios estruturais no campo da privação de liberdade.

“Trata-se de uma pesquisa inovadora, considerando a inexistência de outro estudo nacional focado nessas varas especializadas. Os resultados ressaltam a importância das Vepemas para vencer o desafio de qualificar a porta de entrada do sistema prisional, ampliar e institucionalizar vias alternativas de responsabilização penal em substituição à privação de liberdade”, destacou o juiz coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do

Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), Luís Lanfredi.

As alternativas penais são mecanismos de intervenção, diversos do encarceramento, para lidar com conflitos e violências e envolve modalidades como penas restritivas de direitos, suspensão condicional da pena privativa de liberdade, práticas de justiça restaurativa e medidas protetivas de urgência. Essa política judiciária está orientada para a restauração das relações e promoção da cultura de paz, a partir da responsabilização com dignidade, autonomia e liberdade, e fundamenta a Resolução CNJ nº 288/2019. O fomento às alternativas penais é um dos temas tratados no programa Fazendo Justiça, com apoio a qualificação de equipes e fomento a novas estruturas.

“As alternativas penais são tema essencial do pilar de justiça mais inclusiva que orienta a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pactuados pelos países membros das Nações Unidas, incluindo o Brasil. O diagnóstico sobre as Vepemas traz subsídios para qualificar a porta de entrada do sistema prisional, com vistas à eficácia do sistema de justiça por meio de políticas que contribuem para a paz social”, explicou Moema Freire, coordenadora da Unidade de Governança e Justiça do PNUD Brasil.

Para mais informações sobre a publicação, acesse: <https://bit.ly/2KUJL5B>

Fonte: CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou, na terça-feira (24/11), diagnóstico inédito sobre estruturas e serviços das Varas Especializadas em Alternativas Penais (Vepema) de todo o país. O documento reúne dados sobre o funcionamento das varas com análise de estruturação das equipes multidisciplinares, medidas mais aplicadas e sua execução, além de rotinas de trabalho e do perfil das equipes técnicas. A publicação pode ser conferida na íntegra no link: <https://bit.ly/2VkJwzf>

O estudo também mapeia a incidência de práticas como a Justiça Restaurativa, a articulação com o Poder Executivo por meio das Centrais Integradas de Al-

### TRF 1ª Região libera acesso aos principais sistemas informatizados

A Administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação, atualiza a situação referente ao incidente de segurança da informação ocorrido em 26/11/2020.

Nos últimos dias, a equipe de resposta a incidentes de segurança do TRF 1ª Região vem trabalhando para revisar as eventuais vulnerabilidades dos serviços e sistemas da JF1 mais estratégicos para permitir a sua liberação com segurança.

Dando sequência à liberação gradual dos sistemas, nesta segunda-feira, 30 de novembro, foram liberados o Portal da Justiça Federal, o Sistema PJe de Primeiro e Segundo Graus, o Sistema de Processos Administrativos Eletrônicos SEI, a Consulta Processual e o Sistema de Requisições de Pagamentos Judiciais utilizado pelos Tribunais de Justiça em relação à competência delegada, além de outros sistemas de uso interno.

Ao longo dos próximos dias, outros sistemas e serviços serão restabelecidos, à medida que forem criteriosamente analisados quanto à sua segurança.

Fonte: TRF1

## Cogecon discute Projeto do Mapeamento do Conhecimento Crítico e regulamentação do Banco de Boas Práticas do TRF1

A última reunião do Comitê Multidisciplinar de Gestão do Conhecimento do TRF1 (Cogecon) deste ano ocorreu na última sexta-feira, 27 de novembro, conduzida pelo coordenador do comitê, Jean Carlo Batista de Oliveira (Cedap/SECGP). Os integrantes discutiram o Projeto do Mapeamento do Conhecimento Crítico, já aprovado pelo Comitê Institucional de Planejamento Estratégico (Cipe). O próximo passo é a definição dos 14 primeiros processos que serão mapeados. Também foi aprovado o Modelo de Gestão do Conhecimento do Tribunal.

A regulamentação do Banco de Boas Práticas no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região foi assunto amplamente discutido. Foram analisadas as regulamentações similares existentes em outros órgãos, principalmente do Judiciário. Mara Lucia Martins apresentou a proposta sobre a regulamentação desse banco

e sugeriu uma portaria mais generalista, com características inovadoras e que apresentem resultados tangíveis para a organização. O coordenador do Comitê, Jean Carlo, enfatizou a importância dessa regulamentação.

A admissão das práticas será analisada pelo Cogecon-TRF1, visto que todas devem apresentar requisitos para serem aceitas. Ficou decidido que um formulário de inscrição da Boa Prática deverá ser preenchido e assinado por meio do Sei e encaminhado para pré-análise de admissão.

Os critérios para admissão das práticas são: inovação, replicabilidade, resultados, custos e satisfação. Após aprovação do Cogecon-TRF1, a boa prática será encaminhada para publicação de seu conteúdo no Banco das Boas Práticas da Biblioteca Digital da Justiça Federal da 1 Região.

## Aula magna com jurista italiano promovida pela Esmaf será nesta sexta-feira, dia 04/12



“Constitucionalismo Global em Situações de Crise: Confronto entre Itália e Brasil”: este é nome da aula magna promovida pela Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf) que será ministrada pelo jurista Luigi Ferrajoli, professor emérito de Filosofia do Direito da Universidade de Roma.

O evento ocorrerá nesta sexta-feira, 4 de dezembro, às 10h (horário de Brasília), e poderá ser assistido pelo YouTube da Esmaf, no idioma espanhol.

A coordenação-geral é dos desembargadores federais Souza Prudente (diretor da Esmaf) e Wilson Alves de Souza (vice-diretor da Esmaf), além do juiz federal Pedro Felipe de Oliveira Santos (coordenador pedagógico da Esmaf).

As inscrições deverão ser feitas até esta quinta-feira, 3 de dezembro, pelo e-mail [esmaf@trf1.jus.br](mailto:esmaf@trf1.jus.br). Haverá emissão de certificados.

Confira quem são os debatedores:

- Wilson Alves de Souza: desembargador federal do TRF1;

- Clara Mota: juíza federal e doutoranda da Universidade de São Paulo (USP);

- Hugo Abas Frazão: juiz federal e doutorando da Universidade de Pisa, Itália (coordenador do evento);

-Valerio Mazzuoli: professor-associado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e pós-doutor pela Universidade de Lisboa, Portugal.

### Aniversariantes

Hoje: Faber Alves dos Santos (Teixeira de Freitas), Fernando de Abreu Nascimento (Nucju), Tarcilly Pires Miranda Santana (Itabuna), Juliane Sousa Franco (8ª Vara) e Ludmilla Santos Orrico (Jequié). **Parabéns!!!**

**EXPEDIENTE: Coordenação-Geral:** juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** [portal.trf1.jus.br/sjba](http://portal.trf1.jus.br/sjba) **E-mail:** [jfh@trf1.jus.br](mailto:jfh@trf1.jus.br).